

**“DO PONTO DE VISTA DO MERCADO,
ELE OFERECE A ILUSÃO DO CONSUMO,
POR MEIO DO QUAL SE PODE TAMPONAR
O QUE NOS FALTA”
ENTREVISTA COM SUELI SOUZA DOS SANTOS.**

**“EL MERCADO NOS OFRECE LA ILUSIÓN DEL CONSUMO,
A TRAVÉS DEL CUAL PODEMOS ESCONDER
LO QUE NOS FALTA”
ENTREVISTA A SUELI SOUZA DOS SANTOS.**

**“THE MARKET OFFERS US THE ILLUSION OF CONSUMP-
TION, THROUGH WHICH WE CAN HIDE WHAT WE LACK”
INTERVIEW WITH SUELI SOUZA DOS SANTOS.**

Paula Chiapinotto Triches
Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre/ Serra
ORCID: 0009-0001-5897-9464
Correio electrónico: paula_triches@hotmail.com

Lorete Mattos
Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre/ Serra
ORCID:0009-0003-4085-8255
Correio electrónico:loreta@gmail.com

Maria Liane Porn Dutra
Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre/ Serra
ORCID:0009-0005-8046-3156
Correio electrónico:lianeporn@hotmail.co

Data de Recebimento: 08-06-2024
Data de Aceitação: 21-06-2024

Para citar este artículo / Para citar este artigo / To reference this article

Chiapinotto Triches P. - Mattos L. - Porn Dutra M.L. (2024) “DO PONTO DE VISTA DO MERCADO, ELE OFERECE A ILUSÃO DO CONSUMO, POR MEIO DO QUAL SE PODE TAMPONAR O QUE NOS FALTA”

Entrevista com Sueli Souza dos Santos.

Intercambio Psicoanalítico 14 (2), DOI: doi.org/10.60139/InterPsic/15.1.12/
Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional (CC By 4.0)

“DO PONTO DE VISTA DO MERCADO, ELE OFERECE A ILUSÃO DO CONSUMO, POR MEIO DO QUAL SE PODE TAMPONAR O QUE NOS FALTA”

ENTREVISTA COM SUELI SOUZA DOS SANTOS.

Paula Chiapinotto
Triches¹

Lorete Mattos²

Maria Liane Porn Dutra³

1 Paula Chiapinotto Triches:
Psicóloga. Psicanalista. Membro
associado do CEPdePA/Serra.
Delegada da FLAPPSIP. Membro da
Comissão da Biblioteca do CEPdePA/
Serra

2 Lorete Matos: Graduada em Artes
Plásticas. Psicanalista. Membro
associado do CEPdePA/Serra.
Membro do Serviço Psicanalítico
das Psicoses – SPP – CEPdePA/Serra.
Membro da Comissão da Biblioteca
do CEPdePA/Serra.

3 Maria Liane Porn Dutra:
Psicanalista. Membro pleno do
CEPdePA/Serra.

A palavra “gente” tem destaque na fala de Sueli Souza dos Santos¹. E esse termo, que se refere às pessoas, está presente em sua história de diferentes formas, seja no trabalho clínico com crianças e adultos, nos estudos sobre a velhice e a linguagem ou na busca por compreender o sofrimento que afeta os indivíduos e os grupos sociais.

Psicóloga, psicanalista, mestre em Psicologia Social e doutora em Educação, Sueli traça caminhos profissionais e teóricos que exploram temas contemporâneos emergentes associados às interações humanas, ao entendimento entre as subjetividades e à necessidade de uma psicanálise capaz de interpretar a realidade atual.

Nesta entrevista, a psicanalista aborda uma variedade de temas, do racismo à condução de terapias on-line. Enquanto explora esses assuntos, ela demonstra que as diferenças podem produzir um tecido interessante, com cores diversas e diferentes maneiras de ser, mas no qual cada subjetividade é única.

CEPdePA/Serra: Sueli, é um prazer ter esta conversa contigo para poder falar de temas relacionados à psicanálise e também a questões sociais, já que tu és uma pessoa tão atenta a elas. Para iniciar, eu gostaria que tu contasse a tua história.

Sueli Souza dos Santos: Complicado dizer quem a gente é [risos]; por mais análise que se faça, a gente sempre diz algumas coisas que são mais atribuições de si do que do ser em si. Quando digo “a gente”, é porque me sinto como parte de um coletivo. Como diz a canção de Gonzaguinha: “A gente é tanta gente, onde quer que a gente vá”. Eu sou psicanalista, com formação no Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre/Serra [CEPdePA/Serra]. Originariamente, vim da Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul [PUCRS], e busquei, depois de um certo tempo de graduação e de trabalho, fazer a formação no CEP. Mas o estudo da psicanálise vem de muito tempo. A partir dos anos 1980, participei de grupos de estudo, seminários e supervisão com vários analistas e teóricos, entre os quais Carlo Olivé, Abrão Slavutzky, Abraham Turkenicz, Leonardo Francischelli, Luiz Alfredo Garcia-Roza, Ligia Gomes Victora, entre outros.

1 Sueli de Souza Santos: Psicanalista
Membro Pleno do CEPdePA/Serra.
Mestre em Psicologia Social UFRGS.
Doutora em Educação UFRGS.
Correio Electrónico: suelisantos-s@
hotmail.com

Quanto à minha origem, vim para Porto Alegre com quatro anos, mas nasci na cidade de Rio Grande, que é uma cidade portuária, porta de entrada das imigrações. Cidade basicamente colonizada por portugueses e turcos (como eles, por lá, chamam os imigrantes do Oriente Médio em todas as suas descendências). Tenho estas marcas originárias: um pouco de avó portuguesa com um avô dito, na época, mulato; e uma outra avó também miscigenada com um avô que chamavam, naquele tempo, de “chiru”, que é uma mistura de negro com índio. A miscigenação está um pouco na minha história. Talvez por isso me interessem tanto os temas sociais. Todas essas mudanças de lugar, essa soma de experiências, afetam e vão constituindo o que a gente vai ser. A gente é fruto do laço social e dos mitos familiares, e não apenas fruto da origem de um casal, digamos.

CEPdePA/Serra: Podes falar um pouco mais da construção da tua trajetória profissional?

Sueli: A questão da trajetória profissional, desde a escolha da psicanálise, é muito antiga. Eu não sabia que queria estudar e trabalhar com o que se chamava “psicanálise”, mas sempre tive uma questão: por que as pessoas eram diferentes? Por que elas pensavam diferente? Essa era uma preocupação. Eu fui uma criança muito observadora, meio, assim, estranha [risos]. Esta era uma inquietação desde muito pequena: notar as diferenças e não saber por que se era diferente. Por que eu era diferente de outras pessoas da família? Por que pensava diferente ou não falava do mesmo jeito, no sentido de que eu não soltava muito a agressividade? Eu era uma criança muito tímida, com muito medo, medo de tudo. Eu queria entender isso! Eu pensava: “Quando eu for grande, eu quero saber sobre isso”, entendeu?

Com o tempo, fui me direcionando para o estudo da Psicologia, num período em que ela foi instituída aqui no Rio Grande do Sul, porque a Psicologia surgiu como profissão regulamentada no país no período da ditadura. Os cursos eram fruto de um período duro, de verdades absolutas. A leitura que se fazia dos teóricos também não abria muito espaço para contraditórios. A psicologia, em princípio, era um curso para uma população de elite. Eu entrei na faculdade em 1971, na PUCRS [Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. O curso iniciou nessa universidade privada em 1962. Em seguida, a Unisinos [Universidade do Vale do Rio dos Sinos] abriu o curso, e depois a UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Quando entrei na Psico, já fui me metendo a estudar psicanálise. Teve um período, de 1973 a 1975, em que eu precisei me mudar com a família para São Paulo. Era um período muito crítico, da repressão dos governos militares.

Já no ensino médio, eu comecei a me incluir nos movimentos estudantis, descobrir a política e dizer: “Ah, eu gosto disso!”. Participei de movimentos, de reuniões. Quando eu fui para São Paulo, o período de repressão era muito ostensivo. Prisões e perseguições a quem se opunha ao regime tinham como alvo os movimentos estudantis. Não conseguia ver como estudar a Psicologia; ela era muito acusada de ser adaptativa.

A Psicologia que nós incorporamos, inicialmente, na PUCRS tinha um viés humanista, com a teoria de Carl Rogers e os culturalistas, Erich Fromm, Karen Horney, entre outros. Mas estava em ascensão, principalmente, o behaviorismo de Skinner. A psicanálise era uma coisa de passagem, [tratava-se] de alguns conceitos iniciais do Freud, do primeiro Freud. Mas, paralelamente a isso, encontrei, na minha mudança para São Paulo, um viés de enfrentamento e de discussão crítica, principalmente no Sedes Sapientiae, que, liderado pela madre Cristina, fazia resistência política ao golpe militar. Eu tinha notícias disso, mas não consegui estudar no Sedes. Estava em uma faculdade católica chamada Paulistana, e de lá consegui uma bolsa de estudos e fui trabalhar numa clínica de periferia com crianças de escolas públicas com todo tipo de diagnóstico. Entrei em contato com uma série de coisas que eu nunca tinha pensado, nem sabia que existiam. Aprendi a trabalhar com psicomotricidade, fiz cursos para trabalhar com crianças com problema de aprendizagem, o que agora chamam de TDAH (antes elas eram enquadradas como pessoas com hiperatividade). Havia crianças também com problemas de comportamento, crianças do espectro autista. Tudo isso se reunia em pequenos grupos e tinha que trabalhar recuperando uma série de dificuldades motoras, perceptivas.

Eu comecei a aprender a observar crianças, a observar comportamentos. E, mais fortemente, a me interessar pelo tal do inconsciente, diferenciar o que era só comportamento e o que era fruto de uma realidade social precária, violenta, periférica, em que a fome, às vezes, era confundida com falta de inteligência e incapacidade perceptiva. Nós aplicávamos testes para aprender a usá-los, e lembro de uma situação envolvendo uma colega. Ela contava que aplicou em escolas públicas o WISC, um teste de inteligência que não estava validado para nossa realidade. No teste, tinha uma questão em que a psicóloga perguntava para a criança: “O que o estômago faz?”. A resposta deveria verificar o conhecimento sobre as funções orgânicas, e a criança respondeu: “O meu ronca!”. Claro que ela pontuou zero na questão. E aí te ocorre perguntar: “Para que servem esses testes se não são adaptados a uma realidade a que nossas crianças podem ter acesso?”. Se ela pontua zero em uma série de questões, o percentual final vai ser deficitário, mas isso não diz sobre a inteligência de uma criança.

Essas questões começaram a se apresentar, e, ao mesmo tempo, eu tinha dúvidas se eu estava pensando bobagem ou se isso tinha relevância, entendeu? Indo por esses caminhos, eu fui acabar me dedicando à psicanálise. Eu achava que ali eu tinha muitas questões que abriam possibilidades de pensar; não abriam respostas, mas davam muitos sentidos para o que não tinha respostas. Depois, voltei a Porto Alegre e concluí a [faculdade de] Psicologia. Assim que terminei, já comecei com a clínica, porque eu também trabalhava enquanto estudante — fazia estágios e observações em clínicas e escolas infantis. Por aí, começaram a vir encaminhamentos para minha clínica. Eu trabalhei com crianças durante muito tempo (crianças muito pequenas, de dois, três anos) pautando-me pela obra de Françoise Dolto.

A clínica foi mudando, porque foram mudando os encaminhamentos. Então, eu iniciei a formação no CEP e me direcionei para uma leitura lacaniana, freudolacanianana, à qual me sinto identificada. Nesse período, também me decidi, já imbuída da Psicanálise, a fazer o mestrado em Psicologia Social e trabalhar com o conceito de pulsão sexual. Nesse período, não havia em Porto Alegre mestrado nem doutorado em psicanálise. Busquei um orientador, Sergio Antonio Carlos, que me aceitou em seu grupo de pesquisa com minhas referências psicanalíticas. Partindo do princípio de que a sexualidade é a busca do prazer ancorado em fantasia, e considerando que se é incapaz de não fantasiar e de não sonhar, a sexualidade nos acompanha a nossa vida inteira. Queria ouvir pessoas e saber o que havia mudado em sua experiência sexual desde suas primeiras experiências, atravessando a revolução sexual dos anos 1960. Não dá para confundir sexualidade com genitalidade, com performance genital. Meu trabalho de mestrado foi por aí, por essa discussão, que resultou num livro: *Sexualidade e amor na velhice* (temática do meu mestrado). Esse trabalho resultou em um livro com o mesmo título sendo traduzido na Argentina.

Seguindo os estudos pautados no conceito de pulsão, agora, no doutorado, derivei para trabalhar com a investigação da pulsão escópica, tão cara a Lacan, e as questões da linguagem e da análise de discurso de linha francesa, com Michel Pêcheux. Busquei observar crianças cegas no início de sua vida escolar e alfabetização, e estudar a Linguagem e subjetividade do cego na escolaridade inclusiva [título da tese de Sueli]. Portanto, os estudos psicanalíticos sempre sustentaram e seguem sustentando minhas pesquisas sobre as pulsões em suas inscrições.

CEPdePA/Serra: Poderias falar um pouco sobre como tu pensas a relação entre psicanálise e política?

Sueli: Poderíamos começar por um aforismo lacaniano: “A psicanálise é a política”. É impossível tu poderes ouvir alguém sem estar atravessado pelas possibilidades de entender o que tu és. O que te constitui enquanto sujeito é resultado da relação com o laço social. Tu estás implicado com toda a realidade. Eu acho que esse trabalho de me perguntar, desde pequena, por que eu sou diferente dos outros, sem eu saber, era uma observação que me acompanhava, e é da ordem da relação com a realidade, do compromisso ético com ela.

Quando se pensa em psicanálise e política, estamos pensando em ética e no entendimento dos pressupostos teóricos que nos dão o instrumental para ouvir o sofrimento psíquico. E isso não pode estar descolado da ideia de que o sujeito é resultado das pressões sociais, das mudanças sociais, da sua castração, do seu desejo insatisfeito; [é importante] poder pensar também que o desejo é provocado e induzido pelo mercado, pelo capitalismo. E isso vai mudando ao longo do tempo. Eu acho que o que a gente entende e como pensa a psicanálise em termos conceituais, em termos de princípios teóricos, não muda; o que muda é como a gente entende a realidade a partir disso. As teorias não mudam; mudam as formas de ver o mundo a partir das demandas e transformações geopolíticas, principalmente.

Voltando ao tema da velhice... Por exemplo, pensar a questão da sexualidade na velhice no século XXI é diferente de pensá-la nos anos 1930, 1940, 1950. Uma pessoa de 60, 70, 80 anos, hoje, é velha como era em 1950 com essa idade. Mas a relação dela com o mundo fez com que ela mudasse, digamos, o estereótipo de como deveria ser um velho ou uma velha. Nos anos 1950, alguém com 50 ou 60 anos era velho, estava fora do mercado de trabalho; a expectativa de vida era outra. Hoje, o que é a velhice? É um decreto da Organização Mundial da Saúde [OMS] definindo que, a partir dos 60 anos, se entra numa faixa etária classificada como velha? No entanto, atualmente, tem pessoas longevas, com cem anos ou mais, que são cuidadas pelos filhos de 80, que são cuidadas pelos de 60, que, por sua vez, são vigiados pelos de 40. Quando começa a velhice? A velhice não é exatamente um palavrão ou o fim da vida. O fim da vida é a morte, não é a velhice.

Quando se começa a achar que o corpo muda porque mudou a circulação e a produção de hormônios, e se altera a performance sexual, por acaso se deixou de existir ou a vida perdeu o valor? Esse é um preconceito que marca os corpos, e marca os corpos como estranhos. “Este corpo eu não quero. Eu tenho horror de ser velho”, se ouve muito isso. A não aceitação da velhice impôs buscar adjetivações como forma de camuflar a passagem do tempo. Essa política de negação da realidade também cria a realidade de um novo consumidor. É preciso fazer academia, seguir a lógica de um novo corpo sardado que consome roupas de ginástica, que pratica esporte, que faz programas de viagens para idosos ou terceira idade, e consome-se tudo que o mercado oferece para os velhos serem jovens ou entrarem na lógica da “melhor idade”.

Quando escrevi a dissertação e estava buscando um título para o livro, perguntei sobre o nome, Sexualidade e amor na velhice, a algumas pessoas, e elas diziam: “Horível. Deus me livre, ‘velhice’! É ‘melhor idade’, ‘idoso’. Na Espanha, chama ‘adulto maior’”. As pessoas não conseguem entender que em espanhol a palavra “maior” pode significar velho. A palavra “velho”, ou “velhice”, assume um lugar de rechaço e de condenação muitas vezes.

Encontrei muitas culturas, principalmente orientais, em que o envelhecimento é um período de sabedoria, em que se tem um acúmulo de experiências vividas, de informação, de memória; nos povos originários, é o lugar do xamã, que carrega em si a história oral de todos os antepassados.

Eu acho que, quando a gente pensa sobre essa perspectiva de que a psicanálise tem que estar envolvida com a realidade, a gente tem que poder pensar e escutar a clínica psicanalítica, situando onde é que esse sujeito fala de sofrimento e da sua dor. Qual é a história que o envolveu e o constituiu dessa forma? E como fez disso um gozo sintomático? Porque o sintoma funciona como um gozo, um reencontro de alguma coisa que aparentemente falhou, mas não falha enquanto falha. Ou seja, a falha está aí marcando algo que tem que ser conquistado, recuperado, como se tivesse que negar a falha.

No entanto, a falta não pode faltar. Ela garante que a gente é castrado, que a gente tem um limite, a gente tem uma falha, e ela nos permite desejar.

Do ponto de vista do mercado, ele oferece a ilusão do consumo, por meio do qual se pode tamponar o que nos falta. Por sua vez, isso produz novos sintomas de negação da realidade, de juventude, de consumo. Se não entendemos isto, que o capital coopta os desejos inconscientes, ouvimos só os sintomas, e não a produção do consumo como produção de fantasias e sofrimento. Ou seja, sofremos pela perda da imagem, do mundo das aparências, em que não há espaço para o velho, só para o novo.

CEPdePA/Serra: Em “Linguística, política e psicanálise, algumas ideias em andamento e descaminhos”, apresentado no Simpósio de 2023 do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre/Serra, tu afirmas que “precisamos operar na clínica com as necessidades de nosso tempo”. Poderias falar como tu pensas essas necessidades e como a psicanálise pode operar?

Sueli: Seguindo um pouco a questão anterior, acho que houve um tempo em que a psicanálise ou os psicanalistas tinham uma preocupação que ficava ainda enganchada, aprisionada, ou tentava responder à medicina e à psiquiatria, no sentido de interferir sobre o sintoma, decifrar os sintomas, como se devessem ser aplacados ou eliminados. E, de certa forma, o que a gente pode pensar é que os sintomas, assim como os sonhos, os atos falhos, os chistes, os lapsos, que aparentemente amordaçam a palavra, nos apontam por onde a gente pode ir. O inconsciente está tentando se fazer ouvir. O que ouvimos na clínica como uma grande dor, como traumático, como algo que está inscrito pulsionalmente, é algo que parece irreversível. Talvez possamos pensar que é o tipo de leitura que a gente faz que nos orienta por onde ir, no tempo possível do sujeito. Porque não se pode antecipar nada, no sentido de entender e instrumentalizar o analisante dizendo o que acontece com ele. Tampouco se pode achar que ele tem que ficar em total solidão e que o analista tem que ser absolutamente mudo. Há também coisas estereotipadas de modelos teóricos e clínicos.

Antes de qualquer coisa, alguém que se coloca como analista só é analista porque alguém o procurou nessa condição. Não é um sobrenome nem um lugar determinado: só se é analista quando alguém te procura nessa condição; procura-se um suposto saber sobre o sofrimento. Por outro lado, se busca um analista para se ouvir falando com alguém, ou com outro, sobre sua dor, podendo se ouvir e, a partir daí, ressignificar seus sentidos. Isso é que é um exercício contínuo, e talvez quem tenha ajudado muito a repensar a forma de escutar e entender o sofrimento dessa perspectiva da linguagem tenha sido Lacan. Entender a escuta analítica como um projeto de autonomia, implicando o sujeito no compromisso com sua história e o que fazer dela: isso é um ato político. A gente lê o ato político como ético porque é por onde aparece a verdade do sujeito. Onde falha a palavra, onde emerge um sintoma, aí emerge uma verdade — algo que precisa vir à tona e que, ao mesmo tempo, resiste a se livrar dessa dor, desse sintoma. É o tempo todo um cabo de guerra entre se libertar da dor [e aquilo] que insiste em preservar a dor. Por que insiste? Porque, às vezes, o sofrimento e a dor são a única forma de identidade que se tem. Coloco muito nesse sentido meu entendimento da

ligação da psicanálise com a ética do sujeito em relação ao seu compromisso com o lugar do laço social, com seu lugar de classe. O sujeito se inscreve a partir do laço, de seu lugar social, e seu sofrimento é forjado nesse lugar de seu tempo.

CEPdePA/Serra: Em 2022, no boletim informativo do CEPdePA/Serra, no texto “Sem mordança, sem máscara”, tu afirmas que a psicanálise produz saberes e publica suas pesquisas, divide conhecimentos sobre os efeitos do adoecimento estruturado pelo social. Poderias falar sobre esse adoecimento social?

Sueli: Há uma ligação entre essas questões, talvez porque não consigo pensar a psicanálise e sua prática fora do contexto social e político. Cada história não é apenas individual, mas fruto e consequência da produção do sujeito. Falo do sujeito sujeitado ao inconsciente; há aí uma historicidade. A gente adoece pelas relações com o meio. As relações de afeto, de domínio, de partilha e de violência têm uma gênese, têm uma origem. Não é algo natural ou da natureza. Por exemplo, outro dia ouvia uma pessoa que procurava uma delegacia da mulher encaminhada para uma psicóloga, e a profissional perguntou: “O que veio fazer aqui?”. A resposta foi: “Não sei, me encaminharam aqui para falar”. “Mas falar sobre o quê?”, continuou a psicóloga, “Não foi sobre a violência, sobre o fato de você ter sido fisicamente agredida?”. E a mulher perguntou: “E isso não acontece com as outras mulheres? Porque isso acontecia com a minha mãe; a minha irmã também apanha do marido”. Ela só foi lá porque alguém denunciou. Ela não denunciaria, já que aquilo é o cotidiano. Desde pequena, o pai era violento, era alcoolista, batia na mãe, nos irmãos. Quando a violência é naturalizada, quando o desrespeito é naturalizado, não se aprende que se tem o direito de se defender.

Tenho uma teoria, uma hipótese. Ainda não escrevi sobre isso, mas preciso: criança ou adolescente que sofre bullying na escola já sofre isso em casa o tempo inteiro. Se se trata uma criança como se ela fosse incapaz — “Deixa que eu faço isso”, “Não pega essa faca que tu vai te cortar”, “Tu só faz coisa errada”, “Tu é um estabanado”, “Deixa que eu te ajudo” —, o tempo todo você está dizendo para o outro da sua incapacidade: estabanado, esquece-tudo, relaxado, preguiçoso. Se a criança se habitua a ouvir sempre uma atribuição de incapacidade por parte de familiares ou das pessoas que cuidam dela, ela acredita! Ela pode até desconfiar: “Mas não foi isso que eu quis dizer”, “Mas não foi o que eu quis fazer”. Às vezes, ela faz coisas para agradar, só que não faz do jeito do adulto, e o adulto diz: “Fez errado”. Não aceitar nenhuma iniciativa de uma criança para fazer parte do cotidiano da casa porque ela não sabe fazer como um adulto é colocá-la numa comparação impossível, porque ela não pode fazer nada como faz um adulto. E, ao mesmo tempo, é desqualificar qualquer iniciativa dela para se aproximar amorosamente de ti, para te encantar, para que lhe olhe com aprovação.

Às vezes, a criança começa a ser olhada com crítica e sofre punição ou desca-

so, e aprende que o único jeito de chamar a atenção é fazendo coisas pelas

quais vai ser criticada. Ela entende isso como amor. Ela, indo para um meio que não tem essa situação familiar, vai tentar reproduzir isso, fazendo aquilo que ela viu que “deu certo” em casa. E ela começa, de certa forma, a ser achincalhada: “Porque tu é burra, porque tu não sabe, porque é abobada, porque perde as coisas”, “Porque é gordo, porque é magro, porque é preto, porque usa óculos”. Qualquer diferença apontada para uma criança muito pequena é sempre um mandato, uma avaliação. A perda do olhar, ou esse olhar como única forma de ser visto, assusta narcisicamente. Há o medo desse olhar frente à possibilidade de ser aceita, e a criança não reage. E, se reagir, às vezes sofre ação contra isso. Se ela apanha na rua ou na escola e, ao chegar em casa, fala sobre isso, ela é atacada: “Não pode apanhar, tem que bater. Tu é um boca-mole, como não te defendeu?”. Mas, se ela não consegue se defender no meio que deveria ser amoroso, como ela vai se defender fora de casa? A pergunta que podemos fazer é: onde começou esse sofrimento? Quem foi a primeira pessoa que sofreu? É a criança que sofre bullying ou o seu meio familiar que reproduz a série do abandono emocional e social?

CEPdePA/Serra: Neste ano, o Brasil sancionou a lei que criminaliza o cyberbullying, um problema que cresce principalmente entre os mais jovens, crianças e adolescentes. É um dos assuntos da atualidade, do momento, e queria te escutar sobre isso.

Sueli: Se uma criança ou um adolescente está tão à deriva, jogado para as redes sociais, é porque falta atenção, cuidado e confiança nas relações que deveriam dar para ele condição de aprender a enfrentar os limites e a se identificar como pessoa que é valorizada, que pensa, que questiona. Se essa pessoa passa a vida sendo aplastada nas suas tentativas de se fazer entender, de se fazer respeitar, de se fazer amar, ela vai ser um alvo fácil de qualquer um que passe horas no computador dizendo bobagem ou perguntando sobre ela, se interessando por ela, ou pedindo um nude. Se uma pessoa — criança, adolescente ou mesmo adulto — passa a ser alguém para aquele que é virtual, [num contexto] em que ela não precisa realmente fazer o enfrentamento das diferenças com a realidade, essa pessoa pode se desligar do sentimento de solidão, de abandono. As crianças, desde pequenas, são disponibilizadas para o cuidado terceirizado.

Um exemplo bem simples: é difícil chegar a qualquer ambiente público e não ver os adultos com o celular na mão. Os pais, quando vão com os filhos para restaurantes, levam o celular com joguinhos para que não perturbem o almoço, e as crianças ficam ali no seu devaneio, mexendo naquela tela, mudando e alterando as imagens, e se perdem naquilo, não participam de nada, das conversas, das tensões, das diferenças de posições nas conversas dos adultos. Ali, a criança não precisa pensar, não precisa observar nada. Ela está no mundo privado que não é mundo nenhum — mundo de imagens e fantasias que ela não constrói, porque a fantasia tem que ser uma construção de cada um.

A gente se relaciona colocando em ação o imaginário, supondo que se está entendendo o que o outro diz, o que fala. Essa possibilidade de troca faz com

que se vá construindo a forma de pensar, a capacidade de questionar, de colocar oposições e posicionamentos, de saber que se tem um posicionamento diferente, de querer falar disso. Quando a gente vive numa realidade como a atual, em que a tecnologia veio para nos ajudar, mas virou instrumento de adoecimento dos afetos, tem-se uma sociedade de solitários, em que o único recurso que parece fazer ligação, vínculo, é a imagem. Assim, se é um alvo fácil para entrar em qualquer conversa sedutora — que não seja presencial, de preferência, porque aí se tem que ter uma resposta imediata, uma posição, uma implicação em relação a esse outro que demanda respostas.

CEPdePA/Serra: Voltando um pouco no tempo: em 2016, no primeiro parágrafo do texto “De que humanidade falar no século XXI: pequeno ensaio sobre o selvagem, a violência, o irascível”, tu comentas e citas a relação do homem com a inteligência artificial. Em 2024, quando esse recurso está ao alcance de grande parte da sociedade, como tu pensas essa realidade?

Sueli: Muito difícil essa questão [risos], e difícil pensar sobre isso, porque o [Miguel] Nicoletis, que é um cientista bem importante e respeitado no mundo todo por seus estudos sobre o tema, afirma, e eu concordo com ele, que a inteligência artificial não é nem inteligência, nem artificial. Como é que eu entendo isso: tudo o que deveria nos ajudar em termos de tecnologia, tudo o que deveria vir para facilitar nossa vida, para criar condições de a gente melhorar a nossa forma de relação com mundo, para que a gente tenha mais satisfação nas nossas produções, nas nossas relações, parece que veio como alguma coisa que deve ser seguida sem qualquer crítica. Isso é totalmente irracional! Porque a inteligência artificial foi criada pelos humano e avançou tanto que a tecnologia já nos domina, pois paramos de pensar criticamente. Ou pior: não pensamos, porque “um clique” tem respostas para tudo, e vira a verdade que devemos seguir.

Tenho um exemplo. Quando eu vim para cá, para a entrevista, o motorista do táxi vinha procurando o endereço, dirigindo com o celular na mão, tentando buscar no Waze o caminho. Eu disse para ele: “O senhor vai procurar o caminho dirigindo, sem olhar para frente?”. Ao que me respondeu: “Não se preocupe, dá certo!”. Depois, sem qualquer crítica, começou a dizer que ele já foi direcionado no Waze para lugares inusitados, ou [levado] a fazer caminhos muito maiores do que ele estava acostumado. Foi aí que eu disse: “Pois é, se a gente confiasse mais na própria experiência e nos caminhos que a gente escolhe, a gente não ficaria submetido a uma tela, uma tecnologia a ser usada a qualquer custo”. Porque é isto: é como se a gente abrisse mão de acreditar no que pensar, de duvidar e aprender com a dúvida.

Passamos a colocar tudo na ponta dos dedos. As pessoas não falam mais por telefone; elas dizem “Eu falei com fulano”, mas estão, na verdade, teclando o tempo todo. E não acabam mais de teclar! Podem ficar 20 minutos teclando,

em vez de ligar, falar e ouvir a voz humana. Há esse desinvestimento no olho a olho, no falar e no escutar o outro, na sua entonação de voz, nas suas pausas, nas suas intenções do dizer, que dão uma leitura diferente da que se faz quando se está numa tela.

Voltando para a questão da psicanálise: poder recuperar a escuta, ouvir uma pessoa em análise presencialmente, num divã ou numa poltrona, é diferente de ouvir on-line. Não é só pela presença física, mas por toda a informação que o teu inconsciente pode ir captando de todos os intervalos de fala, de toda respiração mais profunda, de toda dubiedade no dizer. Quando se está olhando uma tela, é quase como se fosse um objeto com outro objeto. Quando acaba, desliga-se a tela e se vai fazer qualquer outra coisa. É diferente de quando se trabalha presencialmente e se deixa de brincar de robô.

Ir a um consultório para ouvir alguém, ou para ser ouvido, muda a relação com o próprio inconsciente, muda a relação com a sua história, com o processo de análise. Ter a análise interrompida por horário, seja preestabelecido ou por um corte do tempo lógico, faz com que se pense: “Mas já terminou, mas por que interrompeu?”. Segue-se num processo de elaboração, de questionamento com as próprias questões inconscientes. Não estou colocando o que é melhor, não há um julgamento sobre isso, mas são processos diferentes! As pessoas fazem cirurgia de câncer com robô, têm consultas médicas on-line, é só baixar o aplicativo de consultas. Tudo isso é ótimo. Tem pessoas que não podem se locomover, que têm dificuldades. Tem uma série de questões da tecnologia que buscam melhorar as condições de relação do homem com a realidade. Mas, quando a gente acha que o destino e o futuro do mundo são e serão dirigidos pela inteligência artificial, quando isso se transforma na única forma de relação, porque é mais cômodo, a gente começou a se atrapalhar. A vida não é cômoda, não é fácil, não tem resolução pronta com um clique.

Nós trabalhamos com um objeto inusitado, inapreensível, mas que produz efeitos de sentido em tudo que somos e fazemos em nossas relações conosco mesmos e com os outros. Não se pode fazer uma tomografia computadorizada do inconsciente — aliás, a gente não sabe nem onde ele está, ou se ele existe como um ente, mas a gente trabalha com esse conceito como algum lugar onde se inscrevem marcas, um repositório de significantes, de marcas, de fragmentos, de impressões que não cansam de se inscrever na nossa relação com as pessoas e com o mundo das relações humanas. Essas marcas foram construindo uma forma de ser e estar no mundo, com a mitologia que a gente faz de si mesmo: “Eu sou assim porque meu pai dizia isso ou porque minha mãe dizia tal outra coisa de mim”. A gente chega em análise falando o que os outros falam da gente, e, se a análise avança, acaba falando de si mesmo em primeira pessoa. Mas fazer análise presencial ou on-line, parece, virou modismo ou mais uma mercadoria com valor de puro prestígio, para usar um termo de Hegel. Não entender e combater esse desvio de sentido da análise é também uma questão política, no sentido de ideologia, de merca-

doria. Eu tenho temor de que as práticas psicanalíticas se percam enquanto uma oferta de mercadoria, um objeto de consumo em que se vai porque dizem que tem que ir, mas que não se sabe bem o que é, porém entra no protocolo de obrigações que valorizam “o passe” do sujeito. Vai consultar alguém porque agora está na moda, ou vai com alguém que está na moda. E isso agrega valor de consumo, é um meio de se valorizar, e não de cuidado com a vida de cada um.

CEPdePA/Serra: Falavas das marcas que a realidade deixa no psiquismo. Em 2022, quando as pessoas retomavam suas rotinas após dois anos de pandemia, tu escreveste no boletim “que a experiência vivida, traumática ou não, sempre estará inscrita de modo pulsional, jamais nos distanciamos do inconsciente e suas inscrições. Então, a experiência mortífera desses anos de pandemia segue em nós”. Passados dois anos dessa retomada, como tu analisas os efeitos dessas marcas psíquicas?

Sueli: Eu acho que tão cedo não nos livraremos dos efeitos desse período. Podemos negar, é o que a gente mais sabe fazer: negar a ideia de morte. Penso que tivemos dois anos de reclusão porque a gente podia — por uma espécie de coisa que não se identifica a olho nu — se destruir em poucas horas, dias. Conviver com o medo da morte, que está em qualquer lado, a qualquer momento, em qualquer idade, foi avassalador, como foi a peste negra, a febre espanhola, outras tantas pestes. A pandemia nos chega nessa forma arrasadora, avisando que nos descuidamos da vida.

No Brasil, como chegaram os primeiros casos? Depois do período de férias. O primeiro caso foi no Rio de Janeiro: uma mulher, classe média alta, que tinha passado férias na Europa. Chegou infectada e infectou quem? Sua empregada doméstica, que foi para casa e infectou sua família. Tudo foi se desenvolvendo, explodindo, sem nenhum controle, para além da ignorância das pessoas que negavam que isso estava acontecendo. Isso no mundo inteiro! Nós, no Brasil, não inventamos nem a negação, nem o terraplanismo, nem a negação da ciência. A ganância e as leis do mercado criaram a lógica de que tudo era alarmismo inconsequente.

A pandemia veio como um basta. Eu te diria que a natureza avisou os humanos sobre isso, mas estes, os humanos, não entenderam a mensagem da mãe-terra. Há muitos anos a gente sabe, por alertas da ciência e de estudos ambientais, que o planeta vai se esgotando, mas continuamos destruindo a selva para fazer pasto para o gado, continuamos plantando soja para virar ração para animais, continuamos contaminando rios e mares. Continuamos invadindo terras dos povos originários e matando os guardiões das florestas, ávidos por esgotar suas reservas de riquezas minerais e biológicas. É inesgotável nossa capacidade de nos destruímos em nome do avanço, do desenvolvimento, das tecnologias, da indústria armamentista, da indústria farmacêutica, do controle dos recursos fósseis, tudo isso sendo controlado e arquitetado por um pequeno número de poderosos que controlam os cassinos das ações nas bolsas de valores, em que se ganha muito dinheiro vendendo isso ou aquilo como commodities.

Chegamos a um limite em que o planeta disse “Basta!”. E aí tinha que ter um culpado: o chinês, com aquelas feiras que têm bichos à venda, pessoas que não cuidam da higiene. Há que ter um bode expiatório, que é um inimigo razoável, como aconteceu na Segunda Guerra Mundial com os judeus, que eram uma raça a ser exterminada, e havia a solução final para isso, matar a todos. Essa pandemia veio como consequência dos atos e da irracionalidade humana.

Quando, em 1989, mataram Chico Mendes, o mataram porque ele disse para o mundo inteiro que a floresta não poderia ser destruída. Ela tinha que ficar em pé, e o movimento extrativista, a população da floresta (indígenas ou não) e as populações ribeirinhas salvariam a floresta, trariam desenvolvimento. Não tem que esgotar a floresta, dizia Chico Mendes, tem que deixá-la no seu curso e desfrutar do que ela te oferece de vida, de conhecimento para produção de remédios, alimento, diversidade de fauna e tantas coisas. Em 1989, Chico Mendes falava isso para o mundo e era conhecido no planeta inteiro. Quando o mataram, as pessoas no Brasil, aqui no país, perguntavam: “Quem é Chico Mendes?”.

Os defensores das florestas, as pessoas que moram nela, são guardiões do planeta e cuidam do ciclo das águas, das espécies que vivem nas águas, da diversidade da vida, do ar que respiramos! Quando, de forma ignorante, só acreditamos no lucro, em explorar e tirar o maior proveito possível de cada espaço de vida em seus sistemas, biomas, estamos estimulando e produzindo a pobreza, as desigualdades sociais. A exploração das pessoas que trabalham como escravas para grandes corporações de exploração das riquezas naturais não respeita nem a natureza, nem a diversidade das culturas humanas que ocupam esses territórios em seu habitat natural.

Os povos originários, esses guardiões das florestas, ou do cerrado, ou do pantanal, ou do pampa, sabem como mover aquilo que é de sua natureza — seu solo, seus rios, seus mares —, como curar as espécies que habitam essas diversidades. Toda medicação que a gente tem, todo o desenvolvimento da indústria farmacêutica é fruto da exploração das florestas e de todos os outros biomas deste país. Mas os donos do lucro e da morte exploram, roubam e escravizam, seguindo sua tradição colonizadora, porque roubam as espécies, produzem pesquisas e usam as pessoas que, ingenuamente, oferecem e ensinam seus saberes ancestrais sobre benefícios de seus conhecimentos. O que se tem dos anos 1960 para cá? A explosão da indústria farmacêutica e da medicação para todo tipo de controle social. A gente começou a patologizar o sofrimento das pessoas a partir de manuais de psiquiatria, com seus números de classificação. Se tu viras um número classificatório, tu tens tais indicações e protocolos para seguir. A cada queixa, se dá uma classificação de patologia, um carimbo, e a gente trata isso com tal medicação, independentemente dos seus efeitos colaterais. O que se chama de evolução e progresso da ciência e da inteligência pode ser usado de qualquer forma — de um lado, por parte de quem pesquisa e quer modificar a realidade para que as pessoas se beneficiem do conhecimento da ciência, de outro, por quem sustenta as pesquisas e transforma isso em motivo de ganho nas bolsas de valores.

Quando a gente, voltando agora a falar sobre a pandemia, teve essa explosão da doença e da contaminação, e as pessoas começaram a morrer como moscas, no mundo inteiro teve um movimento de pessoas que obedeciam e ficavam em confinamento e pessoas que negavam e diziam: “Como a sociedade vai ficar confinada? O comércio vai quebrar, meu negócio vai quebrar!”. Bom, se as pessoas morrerem, não vai ter quem consuma. Aí se encontrou formas de vender, de circular o dinheiro. A gente sempre busca saída, é a plasticidade do humano. Procuram-se alternativas, mas quando isso pode se transformar em adoecimento [é um problema], e estamos falando da ideia do “Vai quebrar o negócio”, “Trata-se de comércio, negócios de importação e exportação, escoamento de produção da indústria”, tudo isso.

Com relação à psicanálise e ao trabalho nas clínicas privadas e serviços de saúde pública, no período do início da pandemia, nem todas as pessoas viam com bons olhos a questão do atendimento on-line. Isso era até um pouco criticado, visto como desonesto. Com a pandemia, todas as pessoas, inclusive nós, adoecemos bastante psiquicamente — pelo isolamento, pelo medo da morte (que afetou a todos) e pela necessidade de trabalhar, e também [pelo fato] de não poder trabalhar. Mas isso não aconteceu! O grande sofrimento fez com que as pessoas fossem buscar tratamento on-line, e a gente, que nunca tinha pensado nessa possibilidade, questionou: “Vamos aprender com o que vai sair daí?”. Conseguimos atravessar esse período, trabalhar e aprender com a nova realidade. Aprendemos inclusive que, se a gente automatiza nossa escuta on-line, a gente está começando a perverter o que a gente aprendeu sobre a escuta da psicanálise.

Entrar com muita força num mundo virtual foi quase como entrar na “coisa em si”. Por exemplo, [surgiram] coisas que não se trabalhava, porque elas eram trazidas de casa para o consultório, mas vinham imaginariamente como queixa da família. Falava-se dos pais, dos filhos, das relações, dos bichos. On-line, os bichos eram introduzidos, literalmente, passando pela tela; as crianças batiam na porta e invadiam a tela com suas demandas: “Mãe, não sei o quê”. E tudo parece muito natural, e não é! Porque, se você está trabalhando on-line, o seu consultório é a tela, e tem que poder trabalhar com essa perspectiva de ser um espaço privado, um resguardo. Quando a gente para de trabalhar isso e acha que vale tudo porque a pessoa está na sua casa e o analista está na casa dele, se está quase a fazer uma visita para tomar um chá. Mas o que é nosso trabalho com as produções do inconsciente, com as suas manifestações? Não é uma tela que vai impedir que o inconsciente continue vivo. Se a gente para de entender isso, a gente está trabalhando com outra coisa, que está escapando do que é a nossa escuta do inconsciente, e como pesquisa do inconsciente. O que esta nossa cena analítica está querendo dizer? Você está falando disso para não falar de quê? Então, todas as coisas que eram faladas em análise como queixas, produções imaginárias e trocas simbólicas, na tela, resultaram numa coparticipação em uma análise coadjuvante, obscena, da cena familiar. O teatro grego em ato, proporcionando a réplica de duas cenas, uma principal e o coro comentando a cena principal, como se estivéssemos nós, analistas, em cena.

CEPdePA/Serra: Tenho uma outra questão, que é de 2014, quando tu escreveste o trabalho “Pele negra, máscaras brancas, o racismo nosso de cada dia”, apresentado na mesa da Federação Latino-Americana de Associações de Psicoterapia Psicanalítica e Psicanálise (FLAPPSIP) durante a 19ª Jornada Científica do CEP. Afirmas que “o racismo, que não cansa de se inscrever numa insistência pulsional, por seu atravessamento na história, quase não o reconhecemos como sintoma ou como patologia, mas como algo existente à parte, ou em paralelo”. Dez anos após essa tua afirmação sobre o racismo, como analisas a questão?

Sueli: Eu acho que a gente tem avançado, mas a luta contra os preconceitos, quaisquer que sejam, contra o racismo, a violência contra a mulher, contra a homofobia, é uma luta da vida inteira. É preciso vigilância constante, assim como na manutenção da democracia. Lembro que nessa época eu vinha trabalhando os textos do [Frantz] Fanon, e essa jornada, principalmente, tratava de questões de violência. Eu escolhi falar dessa violência [racismo]. É um conceito muito amplo, não se pode falar de racismo, principalmente contra a população negra, sem falar de racismos que incluem o feminismo, a diversidade sexual, sem entender que se está falando da mesma coisa. Em que sentido? No sentido de que falamos de preconceito, de violência, de um narcisismo que não suporta a diferença, nega a diferença, ou estabelece relação de domínio sobre a diferença: o branco sobre o negro, o homem sobre a mulher.

[Esse foi] um trabalho que para mim foi difícil escrever, porque eu abordava a questão do racismo como as novas formas de racismo. Não se vai mais à África encher um navio, trazer os negros, destituindo-os de qualquer poder ou segurança, para serem vendidos como animais. Agora, vendem-se jogadores de futebol. Há, inclusive, um período chamado de “janela de transferências”, em que alguns empresários, donos do passe do jogador, o negociam. Em geral, são jogadores jovens, meninos pobres de periferia, negros ou pardos (que é uma palavra que eu detesto; o que é mestiço se chama “pardo”, porque a gente tem que pôr uma cor). Eu não sei o que é a cor parda para a gente, mas fala-se do mestiço e do negro como bons jogadores de futebol. Essas mercadorias, como jogadores de futebol, são escravizadas de múltiplas formas, não mais pela força barata de trabalho. Agora essa nova modalidade de escravidão produz lucro extra, para além de força física, habilidades e virilidade nas disputas físicas. Há um desdobramento, porque esses meninos pensam realizar um sonho de reconhecimento em seu valor de trabalho enquanto jogadores. Em que sentido? Eles não só vendem a sua força física e a sua habilidade, ganhando campeonatos, mas eles são esquartejados, porque vendem chuteiras, camisetas, shampoo, roupas — eles vendem isso e aquilo. Eles são esquartejados por investidores e pelas indústrias, e pelas federações e confederações que organizam e criam campeonatos milionários. Cada um desses entes, em si, pega um pedacinho de seus produtos, cola na imagem desses jogadores objetos de desejo e passa a supervalorizar suas marcas. Ganham fortunas incomensuráveis em cima de pedaços dessa imagem.

Não vemos isso como racismo, mas como negócios. Esses atletas são tão mercadoria como os escravos que vinham nos navios negreiros. A diferença é que eles se hospedam em lugares de luxo, se vestem bem, mudam a imagem, porque eles harmonizam seus rostos com tratamentos ortodônticos, mudam o corte de cabelo, vendem perfumes. E mais indústrias são beneficiadas com suas marcas. Como esses meninos atletas ganham algum dinheiro, eles parecem bem-sucedidos. Mas, se eles são bem-sucedidos economicamente, tem gente faturando trilhões, zilhões, até que eles falhem e virem de novo negrinho da periferia. O cara que fracassou porque não aguentou a fama, porque era um cara humilde, com uma família ignorante. E a gente retorna, tudo de novo. Esses meninos são acusados de fracasso por sua origem, e não pelo excesso de exploração e exigência de rendimento de seus patrocinadores. A imagem estereotipada do fracasso da raça, da origem humilde, se inscreve como um ferro em brasa.

Essa marca do fracasso não é uma tatuagem. É diferente tu escolheres fazer a tatuagem; o ferro em brasa é a marca do gado. Acho que falar sobre o racismo só discursivamente não basta. A gente tem que se reconhecer como racista. Necessariamente, não como uma pessoa destruidora, mas racista como uma marca constitutiva. O racismo entra na primeira mamada, porque entra como o leite, pela história familiar, pelos valores familiares, pela religião familiar, pela origem; entra em ti e não se tem qualquer escolha, nem sabes que aquilo está entrando em ti, desqualificando as pessoas porque as pessoas são de diferentes origens, diferentes etnias, diferentes religiões. Então, é preciso trabalhar o racismo estrutural? É claro que sim. Mas a gente não pode achar que, por discutir o tema, a gente é melhor do que se não discutisse. O racismo revela que o insuportável de conviver com as diferenças raciais nos implica na manutenção do racismo. São coisas que estão na gente, e a gente nunca pôde ou não quis refletir sobre elas. Isso é um trabalho cotidiano!

Somos todos diferentes, não temos unidade — nem de origem social, nem de classe social, nem de fé religiosa, nem de visão de mundo ideológica. A falsa crença de que temos uma unidade nacional porque temos uma língua é uma falsa crença: não temos, não somos uma unidade! E a gente não tem que destruir a diferença. Somos diferentes, e a diferença é que nem a falha, de que falamos anteriormente. As diferenças e falhas servem para nos apontar que tem coisa para aprender com isso. Ter preconceito, ser racista [é algo que] aparece, por mais que se queira esconder. É contra a criança, é contra o adolescente, é contra o idoso, é contra um morador de rua, [contra] tudo que é diferente, assim como quando me vejo numa condição de superioridade em relação ao outro. Também a diferença aparece do lado das pessoas que se veem como inferiores e desenvolvem um ódio contra a opressão. O racismo é estrutural porque, em primeiro lugar, ele entra em nossa constituição enquanto sujeitos, quando a gente não tem condição de fazer escolha sobre o que quer pensar e como ver o mundo; é um trabalho de enfrentamento que temos para a vida inteira.

Não é só por narcisismo que rejeitamos a diferença. Essa simplificação, atribuindo o racismo às resoluções narcísicas, serve como denegação do que está em nós, nos gestos e nas coisas mais simples. Colocar o racismo só como um preconceito contra os negros ou os brancos, ou contra os judeus ou não judeus, ou entre os homens e as mulheres, ou entre homossexuais e heterossexuais, é meio raso. O racismo abarca todas essas diferenças insuportáveis no convívio humano. O racismo pode matar. Só falarmos sobre o racismo não basta.

CEPdePA/Serra: Temos as guerras, vivemos num cenário com guerras...

Sueli: Tudo em nome de Deus! Passou-se a história da humanidade matando em nome da fé verdadeira, e em nome de Deus. Um deus estranho, porque, na verdade, o que está em jogo é o domínio, construído na cultura do estupro, da morte, da ganância, do roubo, da conquista de territórios, o que justifica toda e qualquer violência. Enquanto a gente continuar explorando pessoas que precisam de trabalho e não têm trabalho, pessoas que não têm o que comer, e lhes “der um trabalho” em nossas casas, nossas terras ou nossa empresa, podemos inverter a lógica de quem é a vítima e o explorador. Quem oferece trabalho acha que paga demais por um subemprego. E a pessoa explorada passa a ser o desonesto, o preguiçoso, porque não trabalha como deveria. Isso não é um pensamento escravagista?

Volto ao tema do preconceito e da escravização porque está na base de qualquer tipo de domínio, como na luta por territórios e nas guerras entre comunidades marginalizadas ou entre grandes potências e países periféricos que esboçam tentativas de independência econômica, social, política ou cultural. As guerras nunca terminam; mudam de forma ou performance, ou atores. Nos séculos XX e XXI, não é preciso mais enviar homens para o campo de batalha com grandes deslocamentos territoriais como em séculos passados. As guerras podem ser mais assertivas, destrutivas e intercontinentais, apenas controlando dispositivos eletrônicos ditos inteligentes. Por essas vias, podem ser bacteriológicas, ou com foguetes intercontinentais, ou impedindo que vacinas ou medicação cheguem às populações em situação de vulnerabilidade, ou elegendo a quem destinar e salvar vidas, ou que vidas são descartáveis. Populações inteiras são dizimadas, desterritorializadas e varridas do mapa em nome da defesa de territórios das grandes potências, mesmo que as pessoas assassinadas não tenham nem o que comer ou lugar para morar. Nosso tempo aprimorou o quarto poder. Os meios de informação e desinformação instrumentalizam e mantêm o controle dos jogos de poder e das guerras, da morte e das epidemias como fonte de lucro — em nome da defesa da democracia. É necessária a manutenção da necropolítica. Em nome do quê? Algo pulsa no humano como desejo de destruição. Não basta fazer escolhas ideológicas, religiosas ou políticas. A história da humanidade é uma história de extermínio e destruição das diferenças, de aculturação e opressão. Mas acredito que também há alternâncias das forças que estão sempre em tensão entre dominantes e dominados. E esse jogo de forças aponta para os contraditórios e a necessidade de buscar elementos que possam fazer

a interlocução e a flexibilização no jogo de domínio. O senhor necessita do escravo para seu reconhecimento. Talvez por isso não se chegue a um ponto de basta dos extermínios. Quanto a nós, analistas, e às instituições de formação de analistas, o que podemos pensar sobre essas tensões do poder?

CEPdePA/Serra: Qual é o grande desafio para a psicanálise nos dias de hoje?

Sueli: Eu vou dizer uma coisa talvez complicada. Eu acho que o grande desafio das instituições psicanalíticas é entender que a psicanálise tem um compromisso com tudo que diz respeito a cada momento histórico. A dificuldade, os embates que se criam e os conflitos que surgem muitas vezes são mascarados por divergências de linhas teóricas, dentro das instituições ou entre instituições diferentes. Não são [divergências de linhas teóricas]! São luta de classe, são luta de poder e submissão. Isso está presente na história da psicanálise desde seus primórdios. Freud sempre teve muito trabalho em marcar o lugar da psicanálise — primeiro como um campo da ciência diferente da medicina — no próprio seio de seu grupo de estudos e trabalho, ou mesmo nas diferentes formas de pensar conceitualmente a psicanálise e sua prática clínica; os grupos apresentavam divergências que culminaram com rupturas entre Freud e seus discípulos.

A prática psicanalítica no entreguerras produziu mudanças significativas. W. Reich é nomeado por Freud primeiro assistente na Policlínica de Viena, criada em 1922, atuando com Hirschman e Freud. Era preciso também criar novas formas de escuta que possibilitassem atender a demandas de um estrato social que não tinha as condições de tempo e economias compatíveis com a prática proposta por Freud, de longa duração. Como Reich entendia, os distúrbios dos caracteres impulsivos de seus pacientes estavam ligados a suas condições sociais; e o comportamento impulsivo era caracterizado pela psiquiatria como insanidade moral. Ele afirma: “O sujeito das classes trabalhadoras está imerso em uma urgência psíquica e uma pressão social infinitamente maiores, que obrigam o analista a buscar novos caminhos”. Essa é uma afirmação que pode ser encontrada no livro de Florent Garcia Uma história da psicanálise popular. Isso deixou cicatrizes entre uma prática individual e burguesa e uma prática social e engajada na luta de classe. Ou mesmo na escuta de crianças com dificuldades de convívio social, como nos trabalhos de B. Bettelheim ou Sabina Spielrein, ou mesmo nos trabalhos de Klein com crianças psicóticas. O pós-Segunda Guerra produziu a diáspora dos analistas judeus para as Américas, muitos deles seguindo seu engajamento crítico com a psicanálise em trabalhos sociais e no combate a regimes autoritários dos países onde se refugiaram. Então não é uma coisa nova ou inédita que muitos analistas atualmente se dediquem a trabalhos com população vulnerável ou sem assistência de saúde mental das políticas públicas no Brasil, por exemplo.

De certa forma, desde os primórdios da psicanálise de Freud, os jogos de poder no seio das instituições vinculadas à IPA [Associação Psicanalítica Internacional, na sigla em inglês], excluindo judeus de seus quadros com o argumento de salvar a psicanálise da perseguição nazista, nos apontam os

analistas que de certa forma tinham sintonia (excluindo ou perseguindo colegas judeus) com o regime nazista. Independentemente dos motivos, a psicanálise de Freud sofreu muitas mudanças de direção teórica e em sua prática. Poderia ser diferente? Acredito que não. As instituições são formadas com o objetivo de produzir conhecimento e práticas em psicanálise, mas têm uma marca de origem que é elitista e conservadora. Ou não é assim? No entanto, ao longo da história da psicanálise e de sua inserção na sociedade como um todo, ela se mostra com as mesmas contradições e divisões de classe de qualquer outra instituição, pública ou privada.

Não há como, sendo um campo de saber humano, fugir de sua história constitutiva com uma falha originária. As instituições são distintas, têm objetivos de formação e histórias conforme as lutas de poder e de classe de seu tempo. Como ser diferente? Os ideais e fantasias de completude são dos sujeitos e de suas organizações (assim como as lutas de poder), que muitas vezes, a exemplo de pequenos tiranos históricos, se satisfazem em disputas aparentemente conceituais e de escolas quando o que repetem é a luta por puro prestígio. Enquanto a gente não entender isso, vai continuar tentando dizer que psicanálise e política não se misturam. Quando a gente fala em política, não está falando de política partidária, mas da vida na vida. Ouvir alguém com sofrimento psíquico está muito além de ouvir sintomas. O traumático, independentemente de se ter passado por uma guerra, por um estupro, por uma violência física, por opressão, inscreve-se quando não se consegue pôr palavras no que não se entende.

O impossível é querer fazer a diferença entre as instituições e não querer fazer uma psicanálise transformadora, e não reconhecer que todo projeto humano sempre será uma tentativa de recomeço, de contradições e conflitos, com o objetivo impossível de completude. Mas a repetição desses movimentos de fazer a diferença estará ligada ao eterno retorno do narcisismo das pequenas diferenças. Não há um novo que neste mesmo mundo e nesta sociedade humana possa fugir das repetições, mesmo que diferenciais. Os jogos de forças que regulam as relações humanas, tanto nas instituições de Estado como nas instituições ditas científicas, são tecidos sociais que estão sempre em tensão, a ponto de esgarçamento, de ruptura. O importante é tentar fazer diferente no sentido de não se ver à parte das lutas políticas. Não é possível pensar a psicanálise fora da política.

Nota: Durante a entrevista, enquanto Sueli nos falava sobre nossa responsabilidade com o solo, com os rios, os mares, os biomas, as florestas e o meio ambiente como um todo, se armava no Rio Grande do Sul a maior tragédia climática que se poderia imaginar. Milhares de desabrigados, centenas de mortos e feridos, além de 60% do território inundado, deixaram o Brasil estarrecido diante da segunda fonte de sofrimento descrita por Freud: a força incontestada da natureza.

Entrevista realizada pelo CEPdePA /Serra – Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre/Serra, em maio de 2024, em Porto Alegre – RS.